

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

LEI Nº 459 DE DEZEMBRO DE 1988

Modifica dispositivos da
Lei nº 320/84, Código Tribu-
tário do Município e dá ou-
tras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado
da Bahia,

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu san-
ciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam modificados ou acrescentados, à Lei
Nº 320/84 - Código Tributário do Município, os dispositivos in-
dicados que passam a vigorar com a redação seguinte:

Art. 53 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Entende-se por serviço de Iluminação Pública, o
fornecimento de iluminação em vias e logradouros públicos sob a
responsabilidade da Prefeitura.

a) - A Taxa de Iluminação Pública é destinada a aten-
der as despesas de consumo de energia elétrica, operação, manu-
tenção, melhoramento, ampliação do serviço de Iluminação Públi-
ca, pela Prefeitura Municipal e que incidirá sobre cada prédio.

Art. 55 - ...

I - Em relação aos serviços de limpeza pública e con-
servação de vias e logradouros públicos, por serviço prestado,
mediante aplicação de alíquota de 30% (trinta por cento), sobre
o valor de referência quantificado no art. 187.

II - ...

Parágrafo Único (revogado).



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Continuação...

Fl.02

LEI Nº 459 DE DEZEMBRO DE 1988

§ 1º - O valor da Taxa de Iluminação Pública, será cobrado em duodécimo, sempre baseado em percentuais do módulo da Taxa de Iluminação Pública vigente, nos limites abaixo estabelecidos:

RESIDENCIAL

<u>FAIXA DE CONSUMO</u>	<u>MÓDULO TARIFA</u>
0 - 30 kwh	Isento
31 - 100 kwh	Isento
101 - 200 kwh	5%
201 - 300 kwh	15%
301 - 650 kwh	30%
Acima de 650 kwh	60%

NÃO RESIDENCIAL

<u>FAIXA DE CONSUMO</u>	<u>MÓDULO TARIFA</u>
0 - 30 kwh	Isento
31 - 100 kwh	5%
101 - 200 kwh	20%
201 - 300 kwh	30%
301 - 650 kwh	75%
Acima de 650 kwh	90%

§ 2º - Esta Taxa será reajustada proporcionalmente cada vez que houver variação da tarifa de fornecimento de energia elétrica para a classe de Iluminação Pública.

Art. 56 - ...

§ 1º - Para efeito de lançamento da Taxa de Iluminação Pública, considerar-se-á contribuinte toda pessoa física ou jurídica que tenha residência, domicílio, escritório, casa comer



Continuação...

Fl. 03

LEI Nº 459 DE DEZEMBRO DE 1988

cial, fábrica ou similares, em logradouros ou via servida por

Iluminação Pública.

§ 2º - A Taxa de Iluminação Pública incidirá sobre os prédios localizados:

a) - Em ambos os lados das vias Públicas mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;

b) - Em todo o perímetro das praças Públicas independentemente de distribuição das luminárias;

c) - Em todo perímetro urbano e rural;

§ 3º - Será responsável pelo pagamento da Taxa de Iluminação Pública o titular responsável pelo uso da Unidade Imobiliária autônoma;

§ 4º - A Taxa de Iluminação Pública, será devida pelos contribuintes usuários das Unidades Imobiliárias classificadas como residências, indústrias, comércio e serviços públicos.

Art. 57 - ...

Parágrafo Único (revogado)

§ 1º - O pagamento da Taxa de Iluminação Pública será efetuada pelo contribuinte à Prefeitura Municipal através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica por intermédio da Concessionária.

§ 2º - Para o disposto no parágrafo anterior o Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio com a Empresa Distribuidora de Energia Elétrica do Município, ad-referendum da Câmara de Vereadores.

§ 3º - A Concessionária, fica eximida de qualquer responsabilidade pelo não pagamento da Taxa de Iluminação Pública



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Continuação...

Fl.04

LEI Nº 459 DE DEZEMBRO DE 1988

por parte do contribuinte.

§ 4º O produto da Taxa de Iluminação Pública criada, constituirá receita destinada ao pagamento prioritário das contas de Iluminação Pública, podendo os saldos porventura existentes serem aplicados na melhoria e ampliação do sistema da referida Iluminação.

§ 5º - Na hipótese da renda obtida pela arrecadação da Taxa de Iluminação Pública ser superior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica para este serviço, a diferença será empregada pela Municipalidade exclusivamente nos dispêndios decorrentes da ampliação, manutenção, operação, melhoramento do sistema de Iluminação Pública.

§ 6º - Caso a renda obtida pela Taxa de Iluminação Pública seja inferior ao valor da conta de fornecimento de energia elétrica para esse serviço, a Municipalidade pagará o complemento da fatura apresentada pela Comissionária mediante a utilização de recursos próprios.

§ 7º - Uma vez firmado Convênio de que trata o parágrafo 3º, fica a Concessionária autorizada a empregar a receita da arrecadação da Taxa de Iluminação Pública no pagamento das despesas previstas nesta Lei.

I - Caso a receita da Arrecadação da Taxa não seja suficiente para cobrir as despesas referentes ao fornecimento de energia elétrica para o sistema de Iluminação Pública a Concessionária emitirá uma fatura complementar contra a Prefeitura para pagamento com recursos próprios do Município, conforme o § 7º do Artigo 57 desta Lei.

Art. 58 - São isentos da Taxa de Iluminação Pública:



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Continuação...

Fl.05

LEI Nº 459 DE DEZEMBRO DE 1988

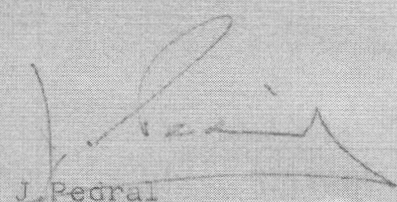
a) - Os contribuintes usuários de unidades imobiliárias autônomas nas quais sejam mantidas atividades classificadas como Poderes Públicos Municipais;

b) Os contribuintes usuários de unidades imobiliárias situados em logradouros servidos por Iluminação Pública sobre as quais incida Imposto Predial e Territorial Urbano, mas ainda não ligados à rede de Concessionária;

c) - O Concessionário local de serviço de distribuição de energia elétrica.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitória da Conquista 21 de dezembro de 1988.


J. Pedral
Prefeito